



Biblioteca Feminista Mônica de Menezes Campos

Acervo de Bibliografia Feminista
de Relações Internacionais





BIROLI, Flávia. O público e o privado. In MIGUEL, Luis Felipe; _____.
Feminismo e política: uma introdução. Boitempo Editorial, 2015, p. 31- 46

Daniele Thomaselli Vasques de Oliveira

Credenciais da autora

Doutora em História e professora associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Flávia Biroli tem uma vasta experiência acadêmica. Foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (2018-2020), editora da Revista Brasileira de Ciência Política (2009-2017), editora associada da revista Politics & Gender (2019-20) e fez parte do Comitê Editorial da Revista Brasileira de Ciências Sociais (2018). Dentre seus campos de investigação, possuem destaque as temáticas de democracia e a agenda de gênero, tendo produzido trabalhos envolvendo a representação midiática da mulher, a questão do aborto e a maternidade, a participação política feminina, e outros aspectos de estudo.

Resumo e informações principais do texto

Em coautoria com Luís Felipe Miguel, Flávia Biroli publicou o livro “Feminismo e política: uma introdução”, que apresenta, de forma concisa, discussões importantes que constituem a estrutura da sociedade patriarcal na qual vivemos e que marginaliza política, econômica e culturalmente a participação feminina. Nele, temáticas como representatividade, justiça social, igualdade, autonomia, aborto, pornografia e prostituição são levantadas. No segundo capítulo da obra, “O público e o privado”, Biroli explora opressões e violências geradas pela dualidade e contraposição entre as esferas pública e privada da sociedade.

Segundo a autora, tal divisão restringe o espaço de atuação e contestação da política na vida cotidiana, invisibilizando relações de poder que acontecem nos ambientes domésticos e perpetuando papéis de gênero social e historicamente construídos e a lógica de dominação masculina. Isso porque, partindo da premissa de que a privacidade seria um bem inviolável e

apartado de qualquer intervenção exterior, a mulher enquanto sujeito vulnerável na estrutura patriarcal está à mercê de violências para as quais não tem amparo do Estado e das leis que regem as relações públicas. Afinal, o usufruto das condições materiais varia de acordo com a posição social dos indivíduos (gênero, raça, classe e sexualidade).

A autora compreende que a dualidade é ancorada na ideia de que não há necessidade de atuação do poder jurídico nesses espaços por se tratar de ambientes familiares, em tese caracterizados pelo afeto. Contudo, essa dinâmica não se verifica na realidade factual, uma vez que temos acesso a registros de estupro dentro do casamento e de abuso infantil praticado por membros da família – crimes que precisam ser tipificados garantir igualdade de gênero.

Além dessa dificuldade de penetração do direito no espaço privado, a autora entende que, em uma via de mão dupla, a compreensão sobre a democracia e as dinâmicas relacionais da esfera privada são prejudicadas pela dicotomia público x privado. Isso porque os padrões de autoridade e subordinação dos arranjos privados de poder produzem consequências na vida pública que se tornam difíceis de serem mensuradas e decodificadas. Um exemplo disso seria a divisão sexual do trabalho e dificuldade de ascensão profissional das mulheres que sofrem com uma distribuição desigual dos afazeres domésticos e precisam enfrentar jornadas duplas – isso quando têm acesso ao mercado formal.

Seria necessário, portanto, romper essas fronteiras que opõem o público e o privado, de modo a garantir oportunidades equiparadas, desconstruir os estereótipos – a exemplo da docilidade e do instinto maternal como inclinações femininas –, e promover marcos legais a respeito da autonomia e integridade da mulher no âmbito doméstico. Ela pontua, contudo, que é necessário fazer uma análise interseccional, evitando que o debate assuma um viés de classe, uma vez que, no geral, mulheres de classe média e alta têm experiências distintas de mulheres de classes mais pobres quando se trata do relacionamento familiar, que pode tanto ser fruto de abusos quanto rede de apoio.

Tabela de citações

CITAÇÃO DIRETA	LOCALIZAÇÃO DA PÁGINA
“Nas experiências de muitas mulheres, a proteção à privacidade na família e nas relações afetivas corresponderia a resguardar um espaço de violência	p. 42

contra as mulheres: não protegeria afetos, mas agressores. Em vez de proteger a livre definição das identidades e das relações afetivas e sexuais, preservaria condutas que são fundamentais para a reprodução da dominação masculina. Em outras palavras, a liberdade para violentar, humilhar e manter a mulher em posição de objetivo é que será mantida”	
“O estupro no casamento, por sua vez, até recentemente, foi visto como impossibilidade lógica, uma vez que o direito ao corpo da mulher era entendido como algo que é transferido para o marido no momento do casamento.”	p. 42
“A pluralidade democrática depende da garantia do espaço para o florescimento de identidades baseadas em crenças e práticas distintas. Mas é preciso garantir que esse espaço seja livre da violência, do constrangimento sistemático à autonomia de parte dos indivíduos, assim como das desigualdades que potencializam o exercício da autoridade, por parte de alguns e a vulnerabilidade e subordinação de outras.”	p. 46

Comentários

Essa ideia do silenciamento de acontecimentos circunscritos dentro do espaço privado é explorada, no contexto das Relações Internacionais e da Política Internacional, por Cynthia Enloe (2004) em “Margins, silences and bottom rungs: how to overcome the underestimation of power”, um capítulo do livro “International theory: Positivism and beyond”, de grande relevo para a teoria pós-positivista feminista. Na obra, ela explora a importância de analisar e se debruçar sobre grupos marginalizados e silenciados, que não são considerados no “fazer política”, para ter um conhecimento mais amplo sobre a sociedade e dinâmicas de poder.

Ainda, em “Banana, beaches and bases”, Enloe (2014) cita o matrimônio – também analisado por Flávia Biroli – como uma dinâmica de poder, contestando que a dicotomia entre público e privado deve ser rompida. Afinal, o poder só existe em relação – ou seja, para existir um centro de onde advém o poder, é preciso existir uma margem, que é mantida subjugada e a qual deve ser estudada de forma a ter um contexto mais amplo da tomada de decisões. Além disso, politicamente, existe uma interferência direta a respeito de quais casamentos podem ou

não acontecer, e sob quais condições, o que cristaliza a relação intrínseca existente entre espaços que são colocados em oposição em termos de politização.

REFERÊNCIAS:

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: Making Feminist Sense of International Politics.** University of California Press, 2014, 2ª ed., p. 261.

ENLOE, Cynthia. Margins, silences and bottom rungs: how to overcome the underestimation of power. *In The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empir.* Berkeley: University of California Press, 2004, p. 19–42.



QUEM ESCREVEU?

Daniele Thomaselli

Bacharela em Relações Internacionais pela
Universidade Federal Fluminense.
Atualmente, é Assistente de Comunicações
no Centro Brasileiro de Relações
Internacionais (CEBRI).

